



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

INGRID CINTHIA FLORIANO GOMES

**DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UM DIREITO PARA TODOS DE 0 A 6 ANOS**

JOÃO PESSOA

2014

INGRID CINTHIA FLORIANO GOMES

**DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UM DIREITO PARA TODOS DE 0 A 6 ANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado ao Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicopedagogia.

Orientador: Prof^a. Ms. Norma Maria de Lima

JOÃO PESSOA

2014

INGRID CINTHIA FLORIANO GOMES

DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

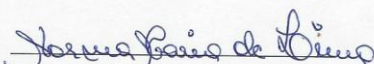
um direito para todos de 0 a 6 anos


Trabalho de Conclusão de Curso –
TCC apresentado ao Curso de
Psicopedagogia da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Psicopedagogia.

Orientador: Prof^a. Ms. Norma Maria de
Lima

TCC aprovado em: 18 / 08 /2014

COMISSÃO EXAMINADORA


Profa. Ms Norma Maria de Lima (UFPB)
(Orientadora)


Prof^o. Ms José Everaldo de Oliveira Vasconcelos (UFPB)
(Examinador)

G633d Gomes, Ingrid Cinthia Floriano.

Diretrizes curriculares da educação infantil: um direito para todos de 0 a 6 anos / Ingrid Cinthia Floriano Gomes. – João Pessoa: UFPB, 2014.
36f.

Orientador: Norma Maria de Lima
Monografia (graduação em Psicopedagogia) – UFPB/CE

1. Educação infantil. 2. Lúdico. 3. Diretrizes curriculares. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 373.24 (043.2)

A Deus e a minha família,
pelo incentivo e carinho; dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela saúde e coragem por eu ter ultrapassado mais um desafio em minha vida. Agradeço a toda minha família pelo apoio: a minha mãe (Vilma), meu avô (Higino), meu irmão gatão (Klebson) por sempre está ao meu lado dizendo, irmã se você precisar de alguma coisa pode contar comigo, eu não tenho muito mais posso da um jeito TE AMO maninho, e meu tio (Willys), por sempre terem depositado confiança e acreditarem em minha capacidade e persistência durante esses 4 anos de formação.

Agradeço aos meus amigos que sempre me incentivaram e nos momentos de comemorações compreenderam a minha ausência, muitas vezes ligavam falando que eu tinha perdido a melhor festa do ano, mal sabia eles que eu estava traçando o meu futuro, por varias vezes estudando.

Agradeço ao meu vizinho (Júnior) por deixar por muitas vezes eu roubar um pouco do seu WIFI, desculpas pelas vezes que te perturbei tarde da noite por que a internet caiu mais você sempre gentil me entendia e me ajudava.

Agradeço a minha amiga (Evânia) que por muitas vezes que eu pensei em desistir me dava apoio e sempre com uma palavra confortável me fazia enxergar que aquela não era a melhor hora pra se tomar decisões importantes, essa tem o dom de me fazer rir e ver o quanto sou importante pra muita gente, te adoro minha nega charmosa.

Agradeço a minha amiga (Wedja) que brigava comigo nas horas que eu não podia ir pra festa com ela por que tinha algum relatório ou prova no outro dia e ela dizia se fosse com outra pessoa você iria, eu não ia não minha flor, você não sabe que sempre pode contar comigo, sim obrigada e desculpas por quase estourar o limite do seu cartão com minha formatura, agora vou trabalhar pra pagar ne.. rrsrsr'.

Agradeço as amigas que fiz ao longo desta jornada em sala de aula, a (Karol) pelas risadas e brincadeiras nos momentos de stress, a querida (Graciara) que já no finalzinho do curso nos tornamos muito próximas e compartilhamos momentos de alegrias e descontração.

Meus sinceros agradecimentos a minha orientadora Prof^a. Ms. Norma Maria de Lima, por ter dedicado seu valioso tempo para me orientar em cada passo deste trabalho, por sua paciência, inspiração e exemplo de competência e amor à profissão de professora. Professora Obrigada por tudo saiba que a senhora tem um lugar bem especial em meu coração.

Obrigada a todos os professores e funcionários do curso, pelo convívio, pelo apoio, pela troca e pela amizade, aos meus amigos pela força nos momentos que pensei em desistir e a todos que, de alguma forma, contribuíram para esta construção.

OBRIGADA!

Cresci brincando no chão, entre formigas.
De uma infância livre e sem
compartamentos. Eu tinha mais comunhão
com as coisas do que comparação. Porque
se a gente fala a partir de ser criança, a
gente faz comunhão: de um orvalho e sua
aranha, de uma tarde e suas garças, de um
pássaro e sua árvore.

(Manoel de Barros)

RESUMO

Sendo o primeiro contato da criança com o saber sistematizado, a educação infantil é o espaço onde as crianças iniciam a construção de habilidades e competências, vivenciam a necessidade de apreensão de significados e códigos, que se traduz no contato destas com as mais variadas formas de conhecimentos desde o início das suas vidas. O intuito desta pesquisa tem como objetivo apresentar as novas especificidades para o atendimento das crianças na Educação Infantil no Brasil sendo fundamentado por leis que normatizam o sistema educacional no país, tendo assim como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9394/96), às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil que orientam as práticas educativas direcionadas para as crianças de 0 a 6 anos de idade, além de utilizar leituras e instrumentos de alguns autores pesquisadores do tema. Um dos aspectos destacado no universo pesquisado foi a atividade lúdica que se encontra na base de toda experiência cultural e criativa da infância, o brincar, bem como o cuidar e educar, por isto mesmo figuram nas DCNEI(2009) como elementos constituintes da Educação Infantil que destacamos neste trabalho.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Lúdico. Diretrizes Curriculares.

ABSTRACT

Being the first contact of the child with the systematized knowledge, early childhood education is the space where the children begin building skills and competencies, experience the need to seize meanings and codes, which translates into contact with these various forms of knowledge from the beginning of their lives. The purpose of this research aims to present the new specifications for the care of children in kindergarten in Brazil being substantiated by laws that regulate the educational system in the country, so based on the Law of Directives and Bases of National Education, 1996 (Act 9394/96), the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education and the National Curriculum benchmarks for Early Childhood Education that guide educational practices directed to children 0-6 years of age, in addition to using instruments and readings of some authors researchers theme. One of the aspects highlighted in the group studied was the leisure activity that is the basis of all cultural and creative experience of childhood, play as well as the care and education, which is why we included in DCNEI (2009) as constituents of Education child that highlight this work.

Keywords- Early: Childhood Education. Playful. Curriculum Guidelines.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	13
Figura 2.....	15
Figura 3.....	16
Figura 4.....	17
Figura 5.....	19
Figura 6.....	23
Figura 7.....	28
Figura 8.....	29
Figura 9.....	31
Figura 10.....	32
Figura 11.....	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Orientações metodológicas e objetivos	15
1.2	Objetivos	16
1.2.1	Geral	16
1.2.2	Específicos	16
2	EDUCAÇÃO INFANTIL E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (DCNEI)	17
2.1	Cuidar e educar, um Olhar no RCNEI e na DCNEI.....	18
2.1.1.	Proposta pedagógica.....	23
2.1.2.	Lei Lei nº 11.114 de 2005 e o papel dos pais/responsáveis e/ou cuidadores na educação da criança.....	27
3	BRINCAR ALEGRIA QUE FAZ BROTAR	30
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	34



Fonte: <http://reginapsicopedagoga.blogspot.com.br/>

1 INTRODUÇÃO

Sendo o primeiro contato da criança com o saber sistematizado, a educação infantil é o espaço onde as crianças iniciam a construção de habilidades e competências, vivenciam a necessidade de apreensão de significados e códigos, que se traduz no contato destas com as mais variadas formas de conhecimentos desde o início das suas vidas, fato este que se torna mais presente quando do seu ingresso na escola, uma vez que o processo de apreensão de significados se intensifica quando as crianças iniciam as aprendizagens escolares de ver, agir, fazer, escutar, sentir, movimentar-se, descobrir, pesquisar, representar formas particulares de conhecimentos para na etapa seguinte: ler, escrever, adicionar e subtrair.

Não considero linguagem dramática ou emocional afirmar que no Brasil hoje o sistema de atendimento às crianças pequenas em pré-escolas, mas especialmente nas creches, constitui uma iniciação precoce, uma socialização, desde muito cedo, de pessoas que viverão, ao longo da vida, uma trajetória de usuário desrespeitado pelos serviços que concretizam e operacionalizam as políticas sociais. Uma história de não-cidadão (ROSEMBERG, 1994, P.155).

No primeiro ponto iremos abordar critérios relativos aos direitos das crianças menores de cinco anos de idade, de frequentar creches e pré-escolas que de acordo com o artigo 29, seção II da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), destaca como a primeira etapa da Educação Básica, e tem como desígnio o desenvolvimento integral da criança. Ou seja, sua preparação para as etapas seguintes do processo educativo, com vista a uma formação cidadã.

Nosso estudo será embasado no o papel das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIS, 2009) como documento normativo dos Referenciais

Curriculares Nacionais (RCNEIs, 1998) visando proporcionar ao educador uma melhor compreensão para organizarem sua prática e refletir a respeito da aprendizagem das crianças pequenas, sendo estes aspectos considerados essenciais para se oferecer um melhor desempenho profissional do professor e entendimento da criança como ser de direito em processo de desenvolvimento. Focalizando ainda que, nesta etapa o interesse da criança na escola se amplia ainda mais para as estruturas das diversas linguagens, estruturas criadas com a intenção da comunicação de significados sobre a maneira pessoal da criança de encontrar sentido no mundo que a rodeia.

No segundo ponto, discutiremos sobre os direitos dos pais e/ou cuidadores, quanto a matricularem seus filhos na idade certa, e a frequência dos mesmos na escola. A Educação Infantil além de ser um direito de todos também é obrigatória, crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer o período de matrícula, tem por comprimento como cidadão serem matriculados. De acordo com o Art. 60 é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental. (Redação dada pela Lei nº 11.114 de 2005).

E pra finalizar este trabalho, no terceiro ponto iremos focar sobre a formação do profissional para melhor atender e assim atuar com responsabilidade e dedicação no campo da Educação Infantil. Segundo a LDB, o educador torna-se o agente básico para a transformação e via de passar conhecimentos.

Se a inteligência se forma a partir do nascimento e se há “janelas de oportunidade” na infância quando um determinado estímulo ou experiência exerce maior influência sobre a inteligência do que em qualquer outra época da vida, descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano. (BRASIL, 2010, p.61).

Tendo em vista os aspectos destacados acima, o Conselho Nacional da Educação (CNE), estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para se obter uma competência abrangente quanto à formação de Docentes da Educação Infantil e assim dos anos iniciais do Ensino Fundamental.



Fonte: <http://reginapsicopedagoga.blogspot.com.br/>

1.1 Orientações metodológicas e objetivos

Para a atingir os objetivos traçados para realização do presente trabalho foi realizado um delineamento do tipo documental através do método qualitativo, uma vez que, em geral, as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objeto de estudo situações complexas, como é o caso da educação das crianças de 0 a 6 anos. Na concepção de Marconi e Lakatos (2006), a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Detalhadamente ela vai fornecendo a análise das investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. Minayo (1996, p.21) afirma que: A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. (...) com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Tem com universo de trabalho significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, equivalentes a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Através da metodologia qualitativa podemos descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de suas diversas variáveis, compreender e classificar as vivências de grupos sociais, além de possibilitar um maior entendimento do comportamento dos indivíduos de grupos onde estão inseridos (COSTA; MENDONÇA, 2006).

A opção pela pesquisa qualitativa, portanto, foi feita não por uma questão de exclusão de outro tipo de pesquisa, mas porque entendemos que questões relativas a educação das crianças de 0 a 6 anos são difíceis de compreender através de métodos quantitativos.

Figura 3



Fonte: <http://gestaoderedessociais.com/dia-mundial-da-infancia/>

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

O objetivo geral deste estudo foi pesquisar, estudar e enfatizar os direitos das crianças de 0 a 6 anos de idade de frequentar creches e pré-escolas, de acordo com o artigo 29, seção II da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) e as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs).

1.2.2 Específicos

- Estudar as propostas legais para a Educação Infantil e seus desdobramentos na qualidade do atendimento educacional das crianças pequena;
- Identificar quais os dispositivos que sinalizam para uma educação de qualidade;
- Discorrer sobre o papel das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEIs) como documentos normativos para a Educação Infantil;
- Focalizar o cuidar, o educar e o brincar nesse contexto.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (DCNEI)

Figura 4



Fonte: <http://reginapsicopedagoga.blogspot.com.br/>

De 0 a 6 anos de idade, etapa da Educação Infantil que atende as crianças pequenas que ainda não conhecem os seus direitos quanto à educação institucional e familiar, se caracteriza como uma fase onde a criança é muito vulnerável, uma vez que não pode se defender sozinha, nem reclamar da qualidade do ensino ao qual está sendo submetida, e que muitas vezes é de má qualidade.

Seguindo essa linha de pensamento, relacionado a este contexto, observamos que a educação institucionalizada não é um fato novo, mais que o reconhecimento da educação infantil como direito e etapa inicial do processo educativo, em nosso país tem uma história bem recente, pois só a partir dos anos 80 ela passa a integrar o sistema educacional brasileiro como etapa inicial da escolarização.

Ao longo dessa jornada junto com sua história referindo-se a institucionalização, muitos nomes foram designados para essa etapa da educação entre eles: jardins da infância, escola maternal, sala de asilo, escola de tricotar, creche, pré-primário, pré-escola, etc.

A expressão Educação Infantil foi criada a partir da constituição de 1988, e mais recentemente, ela é reconhecida com essa nomenclatura pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9394/96), para assim designar todas as instituições de educação para crianças de zero a seis anos.

Com o reconhecimento deste fato, observa-se que a criança pequena passou a ter um espaço próprio na educação onde pode iniciar seu processo formativo tendo seus direitos e as especificidades concernentes a idade respeitados, bem como um espaço educativo para o exercício da infância.

Os documentos legais afirmam como direito social o atendimento a crianças em creches e pré-escolas, aparecendo na Constituição Federal (CF) de 1988 como dever do Estado, o reconhecimento da Educação Infantil surgiu a partir dos movimentos sociais/comunitários, movimentos de mulheres, de trabalhadores, dentre outros a partir da década de 80, momento de mudanças na conjuntura sócio-política do país, além, evidentemente das lutas dos próprios funcionários da educação, que tornou esse processo em uma conquista.

É dever de o Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. Estudos contemporâneos da antropologia, sociologia e da psicologia ajudaram a entender que às crianças foram impostas a uma situação desigual; o combater a desigualdade e considerar as diferenças é tarefa difícil embora necessária se a perspectiva que se objetiva consolidar é democrática, contrária à injustiça social e à opressão.

Nos últimos anos vários movimentos sociais envolvendo redes públicas municipais, estaduais e federais têm buscado expandir com qualidade a educação infantil. Junto com o debate sobre a educação de crianças de 0 a 6 anos foi visto uma grande necessidade de formular políticas de formação de profissionais e de estabelecer alternativas curriculares para a educação infantil.

De acordo com um levantamento feito no ano de 1995-2001 pelo IBGE (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios), a população evoluiu para 22.070.946 crianças brasileiras de 0 a 5 anos, das quais 31,2% frequentam creches, pré-escolas ou escolas. No entanto, apesar da expansão, ainda se configura uma situação desigual, em particular no que se refere às crianças de 0 a 3 anos e aos estratos mais pobres da população: 57,1% de crianças são atendidas, mas apenas 10,6% das crianças é de 0 a 3 anos (KAPPEL, 2005).

Mesmo percebendo que os resultados ainda são bastante tímidos e que existem poucos estudos acadêmicos sobre o tema, observamos que a educação infantil no Brasil ainda é pouco difundido em universidades e instituições de pesquisa.

Nesse sentido, o desenvolvimento de um estudo sobre a educação da criança pequena é de grande relevância acadêmica e social.

2.1 Cuidar e educar, um Olhar no RCNEI e na DCNEI



Fonte: <http://reginapsicopedagoga.blogspot.com.br/>

O entendimento sobre cuidar e educar já são bastante conhecidos no trabalho que vem sendo desenvolvido na Educação Infantil, especialmente o conceito de cuidar, relacionado ao trabalho de satisfazer as precisões primárias que são alimentação, higiene e saúde das crianças em escolas infantis, abrangendo a criança como um ser completo, que aprende a ser e conviver consigo mesmo, com o seu próximo e com o meio que a cerca.

A criança constrói seus símbolos, representa os objetos e as ações sobre eles, e representa também seus conceitos, numa progressiva ação de reconhecimento e elaboração da realidade. Winnicott (1951) chama de “espaço potencial”, o espaço onde a realidade e a fantasia se encontram e tornam-se similares tendo como pilares para essas construções o brincar, que ao mesmo se traduz em “brincar com a realidade”.

A atividade lúdica encontra-se na base de toda experiência cultural e criativa da infância, por isto mesmo figura nas DCNEI (2009) como um dos elementos do princípio estético da Educação Infantil.

De acordo com o que é determinado pela Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação é um direito inalienável de todos os cidadãos, dever do Estado e da família, com vistas ao pleno desenvolvimento do ser humano. Nesse contexto formativo a educação infantil é a primeira etapa do processo de educação integral do ser humano, como tal, deve fazer parte do sistema nacional de educação e não na condição de assistência social ou amparo, diretamente ligado a associações de filantropia, assistência e/ou bem estar social.

A LDBN (1996), ao inserir a Educação Infantil ao sistema nacional de educação, amplia a participação e o ingresso da criança no processo educativo desde a mais tenra idade, cobrindo a faixa etária de zero a 5 (cinco) anos, em creches e pré-escolas como a

finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A Educação Infantil foi incluída na Educação Básica para atender um preceito legal que determina a responsabilidade e dever do poder público para com a educação de todos em todos os níveis e modalidades.

O cuidar por sua vez não se relaciona apenas com o desenvolvimento físico, mas também com o emocional, o cognitivo e assim com o social da criança, por sua vez a medida que vão sendo atendidos e agrados as suas necessidades primárias vão brotando outras relacionadas à exploração do mundo, de si mesmas e do outro.

De acordo com o descrito na Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, em seu Artigo 6º, determina que “Na Educação Básica, é indispensável ponderar as dimensões do educar e do cuidar, em sua individualidade, procurando readquirir, para a colocação social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando, pessoa em desenvolvimento na sua essência humana.”

Partindo do pressuposto de que cuidar e educar está relacionado à primeira fase da educação infantil trazemos a perspectiva de que este nível de ensino se engloba ao desenvolvimento do ser humano desde a infância, a legislação vigente em seu marco busca ampliar essas extensões as demais etapas da Educação Básica, o cuidar e educar deve procurar aprendizagens por meio que o cotidiano e a cultura de determinada criança vivencia facilitando assim o conhecimento das mesmas proporcionando uma visão mais integrada do desenvolvimento considerando o respeito à diversidade e a cada tipo de cultura compartilhada em seu país.

Deste modo, cabe ao professor/educador, que atua nesta modalidade de Educação Básica, o cuidado com seus alunos, buscando proporcionar um ambiente que envolva o ser humano em todos os seus aspectos, respeitando sua identidade cultural e pessoal, proporcionando um meio de que seus alunos sintam-se a vontade para investigar estimulando a criatividade a construção e reconstrução dos conhecimentos adquiridos que lhes são proporcionado.

Segundo n bgm Paulo Freire (2001), educar é construir, é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer e construir o seu papel na História diante a sociedade. A identidade do estudante deve ser respeitada, e suas experiências consideradas, para que o trabalho educativo adquira êxito.

Assim arquitetar uma escola onde o cuidar e educar façam-se presentes é pensar em um espaço educativo, criativo com ambientes seguros, instigadores, acolhedores, bem arejados, onde possa ser encontrado bons profissionais, com uma boa qualificação para determinados cargos, que saibam organizar e assim ofereçam experiências desafiadoras e inovadoras.

Com tais propostas a instituição educacional em seu âmbito é considerada um espaço sociocultural onde as diferentes identidades e culturas são encontradas, constituídas, formadas, produzidas e reproduzidas, passando a ser um dos ambientes mais propícios para se adquirir uma boa educação, de qualidade, respeitando as diferenças em seus vários contextos.

De acordo como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, conjunto de referências e orientações com vistas a qualidade da educação infantil; o campo afetivo, social e cognitivo das crianças de 0 a 6 anos, devem trabalhados na escola a partir dos seguintes princípios:

- respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
 - direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
 - acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
 - a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
 - atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.
- (BRASIL, MEC/SEB/RCNEI, 1998).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) tem como característica uma proposta flexível, não obrigatória, que pode contribuir para os programas e currículos, considerando as particularidades de cada instituição.

A Resolução nº 5, de 2009 fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), estando estas articuladas com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. O DCNEI orienta a elaboração, planejamento, execução e avaliação das propostas pedagógicas e curriculares para a Educação Infantil. Devendo as propostas pedagógicas desta etapa, respeitar os princípios éticos, políticos e estéticos.

De acordo com a história, no contexto da Educação Infantil as relações de cuidar e educar foram durante muito tempo entendidas como algo separado. Onde o educar era voltado para as atividades pedagógicas ditas “dirigidas”, e o cuidar era visto como as atuações que envolviam nutrição, sono e asseio pessoal. Uma forma melhor para explicar tais relações entre o educar e o cuidar são melhor explicadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, quando diz que:

O cuidado, compreendido na sua dimensão necessariamente humana de lidar com questões de intimidade e afetividade, é características não apenas da Educação Infantil, mas de todos os níveis de ensino. Na Educação Infantil, todavia, a especificidade da criança bem pequena, que necessita do professor até adquirir autonomia para cuidar de si, expõe de forma mais evidente a relação indissociável do educar e cuidar nesse contexto.

(BRASIL, DCNEI, 2009 p. 10).

Com relação ao educar diz que:

... Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mais também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis. Educar de modo indissociado do cuidar é dar condições para a criança explorarem o ambiente de diferentes maneiras... e constituírem sentidos pessoais e significados coletivos a medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar. Isso requer do professor ter sensibilidade e delicadeza no trato de cada criança, e assegurar atenção especial conforme as necessidades que identifica nas crianças (BRASIL, DCNEI, 2009 p. 10).

De acordo com o exposto, cabe ao professor da Educação Infantil o papel de proporcionar a criança da faixa etária de 0 a 5 anos de idade a diversidade e qualidade de experiências conectadas ao universo infantil, proporcionando possibilidades para a ampliação das potencialidades da criança, portanto o professor passa a ser um mediador numa ótica não escolar mais realizando seu trabalho educacional a partir dos eixos norteadores: Interações, Linguagens e Brincadeiras.

2.1.1. Proposta pedagógica

Figura 6



Fonte: <http://reginapsicopedagoga.blogspot.com.br/>

A proposta pedagógica também conhecida como Projeto Político Pedagógico (PPP), é o plano no qual os educadores constroem a proposta educativa da instituição contemplando o perfil do egresso, o contexto onde a escola está inserida e os caminhos metodológicos para alcançar os objetivos traçados.

O PPP da escola serve de guia para os professores, mostrando os caminhos que devem seguir, como seguir e para que seguir. Como suporte orientador das ações da instituição almejando as metas que se pretende alcançar para uma boa qualidade na aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados.

Através de reuniões feitas por um processo coletivo onde conta-se com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar.

Na elaboração das propostas pedagógicas das instituições a observância das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), quanto a Educação Infantil diz que é dever garantir que elas cumpram de modo pleno sua função sociopolítica e pedagógica:

- Proporcionando qualidades e soluções para que as crianças desfrutem de seus direitos quanto civis, humanos e sociais;

- Adquirindo a responsabilidade de partilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- Meios que possibilitem a noção de distintas naturezas como também à ampliação de saberes e a convivência entre crianças e adultos;
- Oferecendo e partilhando de igualdades educacionais entre as crianças de variáveis culturas e classes sociais no que se faz referencia quanto ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- Criando novas possibilidades para se construir novas formas para socialização através da ludicidade, da democracia, da sustentabilidade do planeta,.

Devendo ter como objetivo garantir à criança acesso a metodologia de assimilação, renovação e articulação de conhecimentos, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil ainda deve oferecer aprendizagens de diferentes linguagens e culturas, assim como o direito a proteção, à saúde, à certeza ao respeito e a dignidade e direitos a brincadeiras onde possam interagir com outras crianças.

As propostas pedagógicas deverão assegurar condições para um possível trabalho coletivo onde serão previstos a organização de materiais, o espaço e o tempo que possa assegurar o reconhecimento, o respeito, a valorização e a interação das crianças com o meio, a história das culturas africanas e afro-brasileiras, partilhar o combate ao racismo e a discriminação.

As práticas pedagógicas têm como base ou eixos norteadores, as propostas curriculares da Educação Infantil encontradas no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), onde as interações e a brincadeira sejam garantidas através de experiências que possam promover o conhecimento de si e do mundo; através de ampliações de experiências sensoriais e corporais que possam possibilitar movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança, favorecendo à inclusão nas diferentes línguas através do domínio de diferentes gêneros e natureza expressivas: verbal, dramática, plástica e musical; gestual, trazendo possibilidades para as crianças realizarem novas experiências de apreciação, interação e convivência com diferentes suportes e espécies textuais orais e escritos.

No ano de 2008 foi estabelecido pela Coordenação Geral de Educação Infantil do MEC juntamente com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), um acordo de auxílio técnico para a articulação de um método nacional de estudos e debates tendo como tema o currículo para a Educação Infantil. Obtendo como resultado uma série de documentos, dentre eles “Práticas cotidianas na Educação Infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares” (MEC/COEDI, 2009).

Tal proposta foi apresentada na reunião ordinária da Câmara de Educação Básica, que ocorreu no mês de julho de 2009, pela professora Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária de Educação Básica do MEC. Neste momento foi solicitada a comissão que elaborasse novas propostas para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, presidida pelo Conselheiro Cesar Callegari e tendo como relator o Conselheiro Raimundo Moacir Mendes Feitosa (Portaria CNE/CEB nº 3/2009).

A partir dos anos de 1988 fica claro que têm-se ampliado uma consciência cidadã sobre a importância da Educação Infantil, tendo o reconhecimento da criança como sujeito de direitos. Tais direitos, deveres e compromissos foram inseridos em um contexto de debates em fóruns gerando pesquisas provocando alterações na legislação pertinente a infância, a criança e ao adolescente, trazendo como destaque a faixa etária de 0 a 6 anos de idade, um período onde a criança está em fase de formação humana, por muito tempo na legislação educacional do Brasil, tal assunto foi tratado de forma superficial.

A criança enquanto sujeito de direitos necessita de espaços e oportunidades onde elas possam socializar das várias linguagens aprendidas e que propiciem um desenvolvimento pleno e saudável, onde se pode levar em conta seu contexto cultural e histórico, bem como sua infância.

A Educação Infantil tem como finalidade proporcionar um espaço educacional onde a criança possa vivenciar a construção do conhecimento respeitando a relação adulto-criança; criança-criança.

O modo como o espaço deve ser organizado reflete as ideias, valorizando as atitudes e o patrimônio cultural de todos que neles trabalham, é através da organização e comunicação que se dá à cooperação e a partilha de atividades e ideias que a criança precisa para construir seus conhecimentos de mundo.

A função destinada ao professor é de promover e facilitar a interação social da criança proporcionando um espaço de relacionamento entre todos os envolvidos no

processo educativo: professores, equipe da instituição, pais e crianças, seguindo esta linha de pensamento faz-se valer que o currículo por sua vez é aquele que engloba vários contextos como, por exemplo, o tempo, espaço, interações, linguagens, brincadeiras, ou seja, não é organizado meramente pela lógica disciplinar. O currículo consiste em um planejamento diário onde serão abordados pontos desde a chegada da criança na instituição de Educação Infantil, onde ficarão registrados, até sua saída.

Para a Educação Infantil o planejamento torna-se de grande importância, pois, o mesmo tem como objetivos proporcionar situações onde a criança possa vivenciar as mais diversas experiências poder tomar suas próprias decisões e assim socializar suas descobertas.

O planejamento educativo é um importante instrumento de trabalho dos profissionais da área da Educação Infantil, que por sua vez, atuam diretamente com a criança e assim exercem, as funções pedagógicas ao educar.

Os Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil contribuem de forma que:

A interação social em situações diversas é uma das estratégias mais importantes do professor para a promoção de aprendizagens pelas crianças. Assim, cabe ao professor proporcionar situações de conversa, brincadeiras, ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a autoestima (BRASIL, RECNEI 1988, p.31).

Com tudo isso fica claro que com as ações que o planejamento curricular proporciona para trabalhar através de atividades que são planejadas e adaptadas para pequenos e/ou grandes grupos ou até mesmo individualmente traz grandes contribuições no desenvolvimento tanto físico quanto social da criança, incentivando a mesma a criar seus conceitos e assim poder socializar as aprendizagens adquiridas.

As propostas pedagógicas sinalizam para um avanço quanto à melhoria da Educação Infantil que nos últimos anos já vem conquistando seu espaço na legislação, faltando colocar em práticas as propostas legais em todas as escolas, com qualidade para atender as crianças do nosso país.

Para que a proposta seja real, na visão de Arroyo (2000, p. 143), se faz necessário uma mudança de concepções, a redefinição dos critérios de seleção e de organização dos saberes escolares por si só não dá conta do recado, é necessário despertar nos professores a consciência crítica, para que assim possam questionar o conhecimento tido como oficialmente válido podendo também recriar criticamente os conteúdos que transmitem. Arroyo (2000 a) diz ainda que:

Quando os professores iniciam dialogando sobre suas práticas, não tanto sobre suas rotinas, podem ir avançando e descobrindo juntos que constantemente tomam decisões, fazem escolhas e que nesses procedimentos há valores que fundamentam as escolhas, há razões que guiam as decisões. (p.154).

Nesse sentido, acrescenta Arroyo que inovar a escola e o currículo é descobrir os critérios de seleção e organização do conhecimento escolar, é mudar concepções, é o professor tornar-se crítico para avaliar sua prática educativa. Ainda encontramos na fala do autor que:

Há um pensamento presente no livre jogo da criatividade do professor. É nesse terreno ético, do pensamento, dos valores, das escolhas, da prática, que se situa a inovação educativa. Quando se acredita nesse terreno e se o respeita, quando se consegue uma dinâmica coletiva nesse cerne da ação educativa, a inovação acontece (p.154).

Por tudo isso, é importante, que os professores que compõe a equipe pedagógica de uma escola avalie sua prática e a redirecione sempre que se fizer necessário, para atender aos objetivos e às metas propostas.

2.1.2. Lei Lei nº 11.114 de 2005 e o papel dos pais/responsáveis e/ou cuidadores na educação da criança

Figura 7



Fonte:<http://etfgranada.blogspot.com.br/2011/09/plataforma-de-profesionales-de.html>

No contexto da educação infantil destacamos a necessidade dos pais/responsáveis e/ou cuidadores, não só cumprir os preceitos legais, mais unir-se a escola para estabelecer um diálogo e o acompanhamento do trabalho educativo realizado junto ao seu filho para poder estabelecer parcerias visando à formação global da criança.

A família como primeiro espaço de educação, é também a mediadora nos primeiros contatos entre a criança e a cultura, constituindo-se como uma unidade dinâmica das relações afetivo, social e cognitivo que fazem parte das condições materiais, históricas e culturais de um grupo social. A família é a matriz da aprendizagem humana que possui significados e práticas culturais específicas que geram modelos de relações interpessoais e de construção individual e coletiva.

Através das interações familiares se concretizam as transformações nas sociedades que se refletirão nas relações familiares do futuro caracterizando-se como um processo de mão dupla, envolvendo familiares e diferentes ambientes que fazem parte dos sistemas sociais, dentre eles a escola que constituem fatores preponderantes para o desenvolvimento do ser humano.

A matrícula na Educação Infantil além de ser um direito de todos também é obrigatória, crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer o período de matrícula, tem por cumprimento como cidadão serem matriculados.

De acordo com o Art. 6º é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental. Redação dada pela Lei nº 11.114 de 2005, que altera os arts. 6o, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de

dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade.

É bom salientar que as vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças, ajudando assim a um bom acesso aos pais/cuidadores. É dever das escolas cumprir com seu papel aceitando as crianças e juntamente com ela, sua cultura e posição socioeconômica, adaptando-se a escola a criança e suas necessidades.

Considerando o seu tempo como parcial, a jornada escolar para a Educação Infantil é de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

3 BRINCAR ALEGRIA QUE FAZ BROTAR

Figura 8



Fonte: <http://reginapsicopedagoga.blogspot.com.br/>

Vygotsky (1991) defende o desenvolvimento psicológico da criança agindo como um processo de natureza cultural. O autor aborda a questão do desenvolvimento infantil partindo do aspecto que a criança desenvolve-se primeiramente por meio da atividade feita a partir do brinquedo. Brincar visto pelo prisma de Vygotsky, é um acontecimento que gera verdadeiras modificações internas no desenvolvimento da criança, como o simbolismo e a capacidade de representar e de abstrair, essas surgem a partir das situações de brincadeiras propostas por seus educadores e/ou cuidadores.

Segundo o autor é preciso compreender o caráter essencial da atividade lúdica, para entender a singularidade da brincadeira como uma atividade vinda para o contexto educacional como elemento de socialização entre as criança.

Desde bem pequenas as crianças querem satisfazer seus desejos imediatamente, em quanto as crianças em fase de educação básica apresentam desejos que não são possíveis de realizarem imediatamente. Com o desejo de resolver essa elasticidade entre querer realizar tais desejos imediatamente e assim com sua faixa etária não poder fazê-lo, a criança envolve-se em um mundo de ilusões e imaginações: a brincadeira.

A imaginação é um processo psicológico novo para a criança; representa uma forma especificamente humana de atividade consciente, não está presente na consciência de crianças muito pequenas e está totalmente ausente em animais. Como todas as funções da consciência, ela surge originalmente da ação. Segundo Junqueira, (2000, p.1) “[...] o desenvolvimento infantil se encontra particularmente vinculado ao brincar, uma vez que este último se apresenta como linguagem própria da criança [...]”

O velho adágio de que o brincar da criança é imaginação em ação deve ser invertido; podemos dizer que a imaginação, nos adolescentes e nas crianças em idade pré-escolar, é o brinquedo em ação Vygotsky (1991, p. 106).

De tal modo Vygotsky (1991) acorda que, as brincadeiras dão origem a todos os desejos não satisfeitos. As crianças pequenas podem sim, fazer coincidir a situação de brinquedo e a realidade. “O que na vida real passa despercebido pela criança, torna-se uma regra de comportamento no brinquedo” (p. 108). Brincar é o exercício físico mais completo de todos, é através da brincadeira que a criança agrega valores e virtudes a sua vida. “A arte, assim como o brinquedo, existe em função dela mesma, da alegria que faz brotar.” Bossi (2001). É através das brincadeiras que as crianças ampliam os conhecimentos sobre si, sobre o mundo e sobre tudo que está ao seu redor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil mais do que nunca precisa acordar de vez para a qualidade da educação que hoje é oferecida aos seus alunos. Na atualidade abordar sobre o tema educação infantil no Brasil, requer uma retrospectiva pela temática, fazendo um passeio desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, seguindo pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,1990), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009), dentre outros, para termos um melhor entendimento das políticas públicas que contemplam esta fase da educação de nossas crianças.

De acordo com os resultados obtidos com o presente estudo chegamos à conclusão de que, para que se ampliem quantitativa e qualitativamente o atendimento na Educação Infantil, a oferta de creches e pré-escolas necessitam de políticas públicas que contemplem a formação profissional das pessoas que trabalham com a criança pequena; melhores salários, ampliação das estruturas físicas, maiores investimentos em equipamentos e etc. As políticas públicas atuais veem sinalizando para alguns desses aspectos, só que precisam chegar à escola.

Figura 9



Fonte: <http://casadaro.blogspot.com.br/2012/02/lembrancas-da-infancia.html>

Durante esta pesquisa buscamos compreender as concepções de infância, a educação infantil e os direitos da criança, examinando o que determina a lei, como por exemplo, que: é direito das crianças de 0 a 6 anos de idade frequentar creches e pré-

escolas, de acordo com o artigo 29, seção II da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Hoje em dia as questões relacionadas às crianças e à infância estão cada vez mais presentes na mídia, nas investigações científicas e assim nas agendas políticas.

Apesar de toda visibilidade dada ao conjunto de leis citadas, não se pode deixar de ressaltar a ausência das políticas públicas que sejam de fato capazes de assegurar as crianças, condições dignas de educação e saúde para uma vida melhor.

Ficou clara a necessidade que para a Educação Infantil é preciso à construção de uma proposta pedagógica voltada para a criança, em seu contínuo processo de desenvolvimento e aprendizagem, onde o cuidar e o educar são indissociáveis, onde seu desenvolvimento está ligado às aprendizagens realizadas por meio das interações colocadas com o outro, que ao mesmo tempo influenciam e potencializam seu crescimento individual e a construção de seu saber cultural.

Como afirma Freitas (1999, p. 18), no quadro das políticas educacionais neoliberais e das reformas educativas, a educação constitui-se em elemento facilitador importante dos processos de acumulação capitalista e, em decorrência, a formação de professores ganha importância estratégica para a realização dessas reformas no âmbito da escola e da educação básica.

Figura 10



Fonte: <http://revistacrescer.globo.com/Revista/Crescer/0,,EMI309442-17926,00.html>

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete. **O direito das crianças à educação infantil**. Pro-Posições. v. 14, n. 3 (42) - set./dez. 2003. Disponível em: <<http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/42-dossie-abramowicza.pdf>>. Acesso em: 26 de Ago 2013.
- ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853.pdf>>. Acesso em: 30 de Ago 2013.
- ANÉSIO, Margarete Gomes Barbosa. **A Educação Infantil sob as Perspectivas dos Documentos: Oficiais E Suas Implicações Na Prática Das Escolas**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ingrid/Downloads/a-educacao-infantil-sob-as-perspectivas-dos-documentos-oficiais-e-suas-implicacoes-na-pratica-da-escola.pdf>> Acesso em: 02 de Jul 2014.
- ARROYO, Miguel G. “Os educandos, seus direitos e o currículo. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Indagações sobre currículo. Brasília: MEC/SEB, 2006.
- AYOUB, Eliana. **Reflexões Sobre a Educação Física na Educação Infantil**. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v15%20supl4%20artigo6.pdf>> Acesso em: 04 de Ago 2014.
- BORTONI, Stella. **Memórias Inventadas – A terceira infância**, São Paulo: Editora Planeta, 2008. Disponível em: <<http://www.stellabortoni.com.br/index.php/4283-manoel-por-manoel-de-barros>> Acesso em: 02 de Jul 2014.
- BRASIL, **Lei n.9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez.1996. p.27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 de Mar 2012.
- _____, Resolução CNE/CBE n. 5, de 2009. Fixa as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: Câmara de Educação Básica/CNE/MEC, 2009.
- _____, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. V.1** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 13 de Jan 2013.
- Caderno Brasil. **Situação Mundial da Infância 2008**. UNICEF. Disponível em: <<http://www.unicef.org/lac/cadernobrasil2008.pdf>> Acesso em 31 de jul 2014.
- Conselho Nacional De Educação Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP Nº 1, De 15 De Maio De 2006**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf> Acesso em: 24 de Ago 2013.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica no Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12929.pdf>> Acesso em: 26 de Ago 2013.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREITAS, M. C. (org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000100013
Acesso em: 27 de Jul 2014.

JUNQUEIRA, M. F. P. S. **O brincar e o desenvolvimento infantil**. Grupo Editorial Moreira Jr. 2000. Disponível em: http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?id_materia+695&face+imprime Acesso em: 23 de Jul 2014.

KAPPEL, M.D. **As crianças de 0 a 6 anos no contexto sócio demográfico nacional**. In: KRAMER, S. (Org.). *Profissionais de educação infantil: gestão e formação*. São Paulo: Ática, 2005.

KRAMER, Sonia. **As Crianças de 0 A 6 anos Nas Políticas Educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é Fundamental**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a09v2796>. Acesso em: 26 de Ago 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 4a ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Disponível em: [file:///C:/Users/Ingrid/Downloads/diretrizescurriculares_2012%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Ingrid/Downloads/diretrizescurriculares_2012%20(1).pdf) Acesso em: 03 Ago 2014.

NIEMANN, Flávia de Andrade. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Tendências e Concepções no Currículo da Matemática para os anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1657/958>. Acesso em: 26 de Ago 2013.

NUNES, Maria Fernanda Rezende. **Educação Infantil: Instituições, Funções e Propostas**. Disponível em: http://drb-assessoria.com.br/1educacaoinfantil_instituicoes_funcoesepropostas.pdf
Acesso em: 02 de de Jul 2014.

PANISSET, Ulysses de Oliveira. **Diretrizes curriculares para a educação infantil.** Disponível em: <<http://www.cogeime.org.br/revista/cap0414.pdf>> Acesso em: 26 Ago 2013.

PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia: sobre Diretrizes Curriculares.** Disponível em: <http://gie.cespe.unb.br/moodle/Videos/CursoPAS/Pedagogia_Diretrizes_Selma_Garrido_Pimenta.pdf> Acesso em: 03 de Jul 2014.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm> Acesso em: 29 de Jul 2014.

Proposta Pedagógica da Rede Municipal Educação Infantil. Disponível em: <<http://www.ibam-concursos.org.br/documento/pp.edinf.pdf>> Acesso em: 03 de Ago 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação Infantil, Classe, Raça e Gênero.** Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/333.pdf>> Acesso em: 25 de Ago 2013.

WINNICOTT, D. W. (1951/1975). **Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais.** In: O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1975. P.13-44.

Figura 11

